



A PESQUISA NA UNIPAMPA SOB A OTICA DO PESQUISADOR: DILEMAS E DESAFIOS

THE UNIPAMPA RESEARCH UNDER THE OPTIONAL OF THE RESEARCHERS: DILEMMAS AND CHALLENGES

Rafael Rudolfo Kreutz, UFSM, rafael.kreutz@gmail.com; Eduardo Mauch Palmeira, UNIPAMPA, profpalmeira@gmail.com; Kelmara Mendes Vieira, UFSM, kelmara@terra.com.br

RESUMO

O estudo teve como objetivo identificar a percepção dos professores-pesquisadores sobre a pesquisa científica na Unipampa. A pesquisa se classifica como descritiva, por meio de estudo de caso e quantitativa. A amostra foi composta pelos professores-pesquisadores que possuíam registro de no mínimo um projeto de pesquisa cadastrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão SIPPEE da Universidade. Para a coleta de dados desenvolveu-se um questionário composto de trinta e três perguntas divididas em três blocos, sendo o mesmo enviado de forma digital. Os resultados indicam baixo interesse dos docentes na submissão de projetos de pesquisa aos editais, especialmente os externos. Observa-se que os docentes não encontram grandes dificuldades: no entendimento das regras dos editais, na elaboração da proposta no prazo estabelecido, na submissão nas plataformas das agências de fomento, na aquisição de equipamentos nacionais, no pagamento faturas equipamentos importados, na manutenção do cronograma de execução em dia e no cumprimento do prazo de execução dos projetos. Por outro lado, os gastos inesperados, a necessidade de trocas de rubrica, os cortes orçamentários, o pagamento de faturas de equipamentos nacionais e as dificuldades no atendimento adequado das agências de fomento são os mais frequentes.

Palavras Chaves: Projetos de Pesquisa, Percepção do docente-pesquisador, Unipampa

ABSTRACT

_____The objective of this study was to identify the perception of the professors-researchers about the scientific research in Unipampa. The research is classified as descriptive, through case study and quantitative. The sample was composed by the professors-researchers who had at least one research project registered in the Information System of Research Projects,



Teaching and Extension SIPPEE of the University. For the data collection, a questionnaire composed of thirty-three questions divided into three blocks was developed, and the same was sent digitally. The results indicate low interest of the teachers in the submission of research projects to the edicts, especially the external ones. It is observed that teachers do not encounter great difficulties: in understanding the rules of the calls for proposals, in the preparation of the proposal in the established period, in the submission in the platforms of the development agencies, in the acquisition of national equipment, in the payment invoices imported equipment, in the maintenance of the the execution schedule and the execution of the projects. On the other hand, unexpected expenditures, the need for item exchanges, budget cuts, the payment of invoices for national equipment, and the difficulties in providing adequate assistance to development agencies are the most frequent ones.

Keywords: Research Projects, Perception of the teacher-researcher, Unipampa

1 Introdução

No princípio da humanidade, a evolução se deu em função das descobertas. Com o passar dos tempos, o homem se viu obrigado a adotar uma postura diferente, caso quisesse evoluir. Dessa forma, foi levado a realizar observações, fazer registros e tomar decisões, o que passou a ser denominado como conhecimento.

As universidades são responsáveis por grande parte da geração de conhecimento, oriundos principalmente das pesquisas realizadas e divulgados em publicações científicas (Santos, 2013). Logo, as universidades têm a premência de gerar novos conhecimentos, tanto no âmbito científico como tecnológico, e, dessa forma, encurtam o chamado ciclo das inovações (Fujino *et al.* 1999), para gerar tais inovações. É importante que as instituições de ensino superior proporcionem condições favoráveis para o desenvolvimento de suas pesquisas. Entre as condições necessárias se destacam: o financiamento e o apoio institucional aos docentes.

Atualmente, as principais fontes financiadoras da pesquisa são: CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Estas executam a política de financiamento à pesquisa, quase que exclusivamente por meio de editais. Esses possuem regras específicas, e, via de regra, exigem que os professores-pesquisadores elaborem as propostas de pesquisa e participem de uma ampla concorrência, baseada especialmente na qualidade da proposta e na produção científica do pesquisador responsável. Aos docentes recai, ainda, a responsabilidade pela gestão operacional e financeira do projeto, o que inclui, em alguns casos, importação de equipamentos, por exemplo, e a elaboração de relatórios parciais e finais, técnico e financeiro.

Neste contexto, o professor-pesquisador tem um papel fundamental, pois gera de fato as inovações tecnológicas. Assim, o professor-pesquisador das universidades tem assumido grande parte da responsabilidade pela geração do conhecimento no país (Backes, 2012). Entretanto, o trabalho de pesquisa não é a única função dos docentes. A estrutura das universidades exige que os mesmos executem, simultaneamente, atividades de ensino, pesquisa e extensão. Logo, somando-se a estrutura de financiamento, prioritariamente via editais, e a multiplicidade de funções do professor-pesquisador, fica evidente a necessidade das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) se estruturarem de forma a facilitar o acesso, a gestão e a divulgação das pesquisas dos seus docentes.

Dessa forma, considerando o atual cenário da estrutura de financiamento e promoção da pesquisa no país, especialmente dentro das IFES, e a multiplicidade de funções do pesquisador, este trabalho visa identificar qual a percepção dos professores-pesquisadores quanto aos diversos aspectos da pesquisa na Unipampa.

2 Referencial Teórico

2.1 A pesquisa científica no Brasil

A literatura traz o estabelecimento das universidades no século XX como o marco da consolidação das comunidades científicas no Brasil. No entanto, cabe mencionar a existência de algumas instituições de pesquisa constituídas ainda no século XIX, exemplos como o Instituto Agrônomo de Campinas com data de criação em 1887 e o Instituto Butantã criado em 1899, entre outras. Já nessa época haviam grupos de cientistas que trocavam conhecimentos e experiências, de forma sistemática (Schwartzman, 2001). Nesse período algumas revistas brasileiras já realizavam publicações, como por exemplo, os Arquivos do Museu Nacional, publicada desde 1876, que era lida no país e no exterior (Vergara, 2004).

As comunidades científicas apresentaram uma expansão significativa no início do século XX com a criação de sociedades, academias e institutos de pesquisa. Em 1916 tem-se o surgimento da Sociedade Brasileira de Ciências (SBC), a qual em 1921 passa a se chamar Academia Brasileira de Ciências (ABC). A mesma tinha como objetivos principais dar continuidade ao trabalho científico de seus membros e realizar a promoção do progresso e difusão das pesquisas e do desenvolvimento tecnológico no país. Em 1951 é criado o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foi também nesse período que várias instituições importantes, como a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) tiveram sua origem em comitês definidos por esse colegiado (Academia Brasileira de Ciências, 2009).

Na década de 1960, o modelo de incentivo à pesquisa, até então adotado pelas universidades brasileiras, foi modernizado e fortalecido. Com essa reforma a pesquisa foi estruturada baseando-se na forma de departamentalização das universidades e com a institucionalização da pós-graduação, incentivada pela CAPES e pelo apoio financeiro fornecido pelo CNPq. Nesta estrutura as universidades públicas se constituíram como o principal suporte institucional para a pesquisa científica básica e tecnológica, sendo as mesmas fundamentais para a formação de novos pesquisadores no Brasil. Na visão de Schwartzman (2008), apesar de parte da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico ocorrer em empresas privadas, as universidades são consideradas os centros de formação de elevado nível que tem como intensão educar pesquisadores qualificados.

2.2 Financiamento de pesquisa no Brasil

A estrutura de financiamento da pesquisa no Brasil tem como objetivos proporcionar aos pesquisadores o apoio necessário para que possam desenvolver os seus trabalhos. Esse financiamento pode ser dividido em sete linhas sendo as quatro primeiras de financiamento relacionadas direta ou indiretamente aos ministérios brasileiros e as três últimas ao financiamento de iniciativa privada, oriundo de empresas e do setor industrial. Tais linhas podem ser caracterizadas da seguinte maneira: 1) Financiamento institucional – atualmente a principal fonte de apoio à inovação do Brasil é o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico). Os recursos são destinados ao financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos setores acadêmico e empresarial. Este Fundo inclui o orçamento da agência de inovação FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e da agência de pesquisa CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O financiamento institucional também pode ser obtido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) através de seus próprios institutos de pesquisa; 2) Financiamento indireto – obtido por meio do orçamento de universidades públicas e privadas, institutos e centros de pesquisa. Algumas universidades possuem suas próprias agências ou fundações. Geralmente essas agências não possuem orçamento próprio para o financiamento de pesquisa, recebendo seus fundos de agências mantenedoras (CNPq, FINEP, etc.); 3) Financiamento voltado para projetos – o CNPq é uma agência de financiamento de pesquisa do MCT. O financiamento para projetos é distribuído entre dois programas: Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa (ligado ao financiamento direto para concessão de bolsas individuais) e Programa de Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico (relacionado ao financiamento de grupos e projetos); 4) Financiamento setorial –

O MCT, FINEP e CNPq são os responsáveis por decidir quais os setores com necessidades especiais que serão financiados. Os recursos são alocados no FNDCT e administrados pela FINEP. Os Fundos Setoriais foram criados na perspectiva de serem fontes complementares de recursos para financiar o desenvolvimento de setores estratégicos para o País. Existem 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos (Amazônia, biotecnologia, recursos hídricos, TI, saúde) e dois transversais, um voltado à interação universidade-empresa (FVA – Fundo Verde-Amarelo) e outro destinado a apoiar a melhoria da infraestrutura de ICTs (Institutos Científicos e Tecnológicos); 5) Empresas privadas dos setores industrial, comercial e de serviços – Muitas empresas privadas possuem fundos próprios para investimento em P&D ou se beneficiam por meio de algum incentivo fiscal (leis de isenção fiscal) como a Lei da Informática, a Lei da Inovação e a Lei do Bem; 6) Fundações e associações nacionais privadas sem fins lucrativos – Fundos via mecanismos legais ou doações de particulares ou empresas; 7) Financiamentos oriundos de outras organizações nacionais e internacionais e institutos.

Nas últimas duas décadas tem-se percebido um aumento considerável do número de oferta de vagas nas universidades. Dessa forma, torna-se notável a necessidade de investimento, também, em pesquisa. O governo brasileiro, através da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e do Ministério da Educação, promoveu um incremento no número de universidades, principalmente no que tange à interiorização. Em 2003 o país contava com quarenta e cinco universidades federais, já em 2010, após o Reuni, o número de instituições chegou a cinquenta e nove. Entretanto, apesar desse considerável aumento de vagas e universidades, os investimentos em pesquisa não seguiram na mesma proporção.

2.3 A pesquisa na Unipampa

No ano de 2007, houve a criação de uma universidade federal na região da campanha do Rio Grande do Sul (RS). A Universidade foi pensada e criada no intuito de proporcionar o desenvolvimento de uma região do Brasil. A sua estrutura multicampi traz um diferencial frente às universidades tradicionais, possuindo dez unidades universitárias, denominadas de Campus, além da Reitoria, constituída pelo gabinete do reitor e as Pró-reitorias.

Na primeira gestão da universidade, foi criada a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), a qual tem como objetivos principais: incentivar, assessorar e organizar as atividades de pesquisa científica e tecnológica, buscando a inserção da Unipampa no cenário nacional e internacional. Desde 2009 a instituição vem lançando editais com objetivo de



fomentar o desenvolvimento da pesquisa, seja através da aquisição de equipamentos e materiais ou incentivo à qualificação através da participação em eventos. Estes editais também contemplaram a concessão de bolsas de iniciação científica visando estimular os discentes a participarem dos projetos de pesquisa.

No âmbito da consecução das metas relacionadas à produção científica, além da implementação dos laboratórios, a PROPESQ ampliou a inserção da Instituição nos programas de Iniciação Científica do CNPq por meio do PIBIC-EM, PIBITI-FUNTEL e continuidade dos programas PIBIC, PIBIC nas ações afirmativas e PIBITI e FAPERGS (PROBIC e PROBITI). Além destes, foram disponibilizados bolsas de Iniciação Científica com financiamento próprio: Programa para o Desenvolvimento Acadêmico (PDA) – modalidade de Pesquisa, Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa (PBIP) e bolsas de iniciação científica concedidas no edital de apoio a Grupos de Pesquisa, de forma a incentivar a pesquisa na instituição em sua totalidade. Aliado às estratégias supracitadas, foram aprimoradas políticas de incentivo à formação e à consolidação de grupos de pesquisa, bem como de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação.

A partir de 2012, já na segunda gestão, foram aperfeiçoados os controles e os acompanhamentos de processos de aquisição. No início de 2013 foi criado então o Núcleo de Execução e Acompanhamento de Projetos (NEAP), responsável pela execução e acompanhamento dos projetos, processos de aquisição de equipamentos e materiais de consumo, além de ser responsável pela prestação de contas dos projetos institucionais da universidade junto a Finep e demais órgãos de fomento.

3 Método de Pesquisa

A pesquisa desenvolvida classifica-se como: descritiva, estudo de caso e quantitativa. Costa e Costa (2011, p. 36) definem estudo de caso como “um estudo limitado a uma ou poucas unidades, que podem ser uma pessoa, uma família, um produto, uma instituição, uma comunidade ou mesmo um país. É uma pesquisa detalhada e profunda”.

A população de estudo foi composta de 458 docentes correspondente a todos os professores-pesquisadores que possuíam registro de no mínimo um projeto de pesquisa cadastrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão SIPPEE da universidade. A coleta de dados foi realizada através de um questionário online no aplicativo, sendo enviado por e-mail para todos os professores-pesquisadores. O questionário foi composto trinta e três perguntas divididas em três blocos. O primeiro apresentou oito questões sobre o perfil dos pesquisadores. No segundo foram abordadas seis questões quanto à

submissão de projetos de pesquisa. Por fim, o terceiro bloco, contendo dezenove questões, as quais tinham por objetivo analisar a percepção quanto aos diferentes aspectos da gestão da pesquisa na Unipampa. A coleta dos dados foi realizada no mês de setembro de 2016.

4 Analise dos resultados

A amostra do presente estudo foi composta de 59 professores da Unipampa que responderam ao instrumento. Ressalta-se que foram enviados três e-mails com intervalos de aproximadamente dez dias cada um, solicitando a participação na pesquisa para todos os docentes com pelo menos um projeto de pesquisa registrado no SIPPEE. O perfil dos entrevistados pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil geral dos participantes formação, experiência, cargo, lotação e tempo de pesquisa

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Formação	Sim.	55	93,2
	Doutorado	4	6,8
Experiência profissional antes de ingressar na Unipampa:	Nenhuma experiência.	10	16,9
	Profissional liberal.	5	8,5
	Sempre professor.	23	39,0
	Funcionário público.	5	8,5
	Outro.	8	13,6
	Profissional liberal/Sempre professor.	4	6,8
	Sempre professor/Funcionário Público.	2	3,4
	Empresário.	1	1,7
Cargo atual:	Empresário/Sempre professor/Funcionário Público.	1	1,7
	Assistente.	5	8,5
	Adjunto.	41	69,5
	Associado.	11	18,6
	Titular.	0	,0
Lotação	Outro.	2	3,4
	Alegrete	7	11,9
	Bagé	15	25,4
	Dom Pedrito	5	8,5
	Itaqui	5	8,5
	Jaguarão	1	1,7
	Santana do Livramento	1	1,7
	São Borja	2	3,4
	São Gabriel	9	15,3
Uruguaiana	13	22,0	
Há quanto tempo o Sr.(a) realiza pesquisas na Unipampa:	Outro.	1	1,7
	Menos de um ano.	2	3,4
	Entre 1 e 3 anos.	13	22,0
	Entre 3 e 5 anos.	10	16,9
	Mais de 5 anos.	34	57,6

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

No total de participantes da pesquisa 93,2% são doutores o que demonstra que as pesquisas da Unipampa são conduzidas em sua maioria por docentes em nível de doutorado. No que diz respeito à experiência anterior ao ingresso na universidade, pode-se verificar que

39% já possuíam a carreira de professor, 16,9% não possuíam experiência nenhuma e 13,6% possuíam outras experiências. Quanto ao cargo, os professores assistentes correspondem a 8,5% e os adjuntos 69,5%, associados são 18,6%, titular 0%. Em relação a lotação 11,9% são de Alegrete, 25,4% de Bagé, 8,5% de Dom Pedrito, 8,5% de Itaqui, 1,7% de Jaguarão, 1,7% de Santana do Livramento, 3,4% de São Borja, 15,3% de São Gabriel, 22% de Uruguaiana e 1,7% de outros.

Quanto ao tempo de pesquisa dos docentes observa-se que é superior a 5 anos para 57,6% dos pesquisadores. Logo, isso parece demonstrar os docentes apresentam, em sua maioria, uma certa experiência em pesquisa. Todavia, para que as pesquisas ocorram, faz-se necessário um aporte financeiro e não financeiro. Para que tais aportes sejam possíveis, é fundamental que os docentes busquem, por meio de editais, os recursos necessários para conduzirem seus estudos. Para captação de recursos para os projetos existe a possibilidade de editais internos e externos. Cabe salientar que cada edital tem suas peculiaridades, tanto no valor financiável, quanto na maneira como deve ser realizada a prestação de contas ao término do projeto. Especificamente, no caso da Unipampa, a mesma dispõe de editais internos, que servem para atender aos grupos de pesquisa, aos programas de pós-graduação, apoio à inovação e apoio a publicações. Os professores-pesquisadores tendem a optar por editais os quais consigam atender aos requisitos mínimos exigidos no certame. A seguir, na Tabela 2, são apresentados os resultados referentes à submissão aos editais internos.

Tabela 2 – Submissão a editais internos 2015

Alternativas	Não submeti	Não contemplado	Contemplado parcialmente	Contemplado totalmente
Edital de Apoio a Grupos de Pesquisa – AGP	45,80%	8,50%	15,30%	30,50%
Edital de Apoio a Programas de Pós-Graduação – APPG	69,50%	5,10%	-	25,40%
Edital de Apoio à Inovação – INOVAPAMPA	93,20%	1,70%	3,40%	1,70%
Edital de Apoio ao Custeio de Publicações Científicas	91,50%	3,40%	-	5,10%
Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa – PBIP	78%	11,90%	1,70%	8,50%
Edital do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico -PBDA	28,80%	10,20%	10,20%	50,80%
Edital PIBIC/CNPq	54,20%	15,30%	3,40%	27,10%
Edital PIBITI/CNPq	81,40%	8,50%	1,70%	8,50%
Edital PIBIC - EM	86,40%	1,70%	1,70%	10,20%
Edital PROBIC/ FAPERGS	45,80%	20,30%	-	32,20%



Edital PIBITI/FUNTEL	94,90%	1,70%	-	3,40%
----------------------	--------	-------	---	-------

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os resultados demonstram um panorama da distribuição de submissões e os níveis de aprovação efetiva nos editais. Os docentes podem submeter projetos em mais de um edital, ou seja, não existem restrições de submissão, a não ser que o mesmo não se encaixe nos requisitos do edital. O edital PIBITI/FUNTEL apresentou o maior percentual de não submissão ficando em 94,9%. Os editais de apoio a inovação e o de Apoio ao Custeio de Publicações Científicas também apresentaram baixo número de submissões ficando em 93,2% e 91,5% respectivamente. Tal situação, indica claramente a necessidade de que a instituição faça um levantamento das razões do baixo interesse por esses editais e promova alterações em seus requisitos ou até mesmo repense a alocação dos recursos nos editais com maior demanda.

Por outro lado, o edital que teve maior desempenho na contemplação total dos projetos submetidos foi o do Programa de Bolsas de Desenvolvimento Acadêmico –PBDA que ficou em 50,8%, ou seja, mais da metade de todos os projetos submetidos foram totalmente contemplados. Cabe destacar ainda o resultado positivo na contemplação de recursos para os editais PROBIC/ FAPERGS e o de Apoio a Grupos de Pesquisa – AGP que apresentaram um resultado de 32,2% e 30,5% respectivamente. Observa-se que estes editais, tem como principal produto, a disponibilização de um ou mais bolsistas de iniciação científica, ou seja, buscam ofertar alunos-pesquisadores, portanto, são indispensáveis aos docentes que desejam constituir e ou consolidar seus grupos de pesquisa. Ainda na busca de consolidação dos grupos de pesquisa, a instituição lançou o edital Apoio a Grupos de Pesquisa – AGP que se diferencia dos anteriores por disponibilizar recursos de custeio e capital. Esse teve 45,8% dos projetos contemplados parcialmente ou totalmente. Portanto, observa-se que a Unipampa em 2015 buscou internamente lançar editais que permitissem aos professores-pesquisadores estruturar seus grupos de pesquisa, tanto em termos de pessoal quanto em termos de estrutura e custeio.

A respeito da obtenção de recursos externos, a busca é baixa, haja vista a especificidade das chamadas externas, pois estas são acessadas por professores-pesquisadores que atuam em áreas específicas, desta forma diminuindo muito a participação nas referidas chamadas. Na Tabela 3 são apresentados os editais externos do CNPq em relação aos anos de 2015 e 2016.



Tabela 1 - Submissões às chamadas externas do CNPq em 2015 e 2016

Alternativas	Não submeti	Não fui contemplado.	Contemplado parcialmente	Contemplado totalmente
Chamada CNPq/ MCTI Nº 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.	94,90%	3,40%	1,70%	-
Chamada MCTI/CNPq/DBT nº 17/2015 - Programa de Cooperação com o Departamento de Biotecnologia da Índia.	100%	-	-	-
Chamada MCTI/CNPq Nº 18/2015 - Programa de Cooperação com o Centro Internacional para Engenharia Genética e Biotecnologia	100%	-	-	-
Chamada CNPq nº 15/2015 - PROGRAMA ARQUIPÉLAGO E ILHAS OCEÂNICAS.	96,60%	3,40%	-	-
Produtividade em Pesquisa - PQ 2015 e Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT 2015.	83,10%	10,20%	6,80%	-
Chamada CNPq/MCTIC/CBAB Nº 10/2016 - Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia Projetos de Cooperação Internacional em Biotecnologia	98,30%	-	1,70%	-
Chamada CNPq 11/2016 - Bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora-DT	96,60%	3,40%	-	-
Chamada CNPq Nº 12/2016 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ	81,40%	15,30%	1,70%	1,70%
CHAMADA MCTI/CNPQ Nº 01/2016 – Universal	83,10%	13,60%	1,70%	1,70%
CNPq/CONICYT Call for Applications Nº 17/2016	100%	-	-	-
CHAMADA MCTIC/CNPQ/BRICS-STI Nº 18/2016	96,60%	1,70%	1,70%	-
CHAMADA CNPQ/CAPES/FAPS/BC-FUNDO NEWTON - PROGRAMA DE PESQUISA ECOLÓGICA DE LONGA DURAÇÃO – PELD 2016	98,30%	-	1,70%	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

As evidências demonstram um baixo nível de submissão de projetos para chamadas do CNPQ. No ano de 2015 foram submetidos quinze projetos sendo cinco contemplados parcialmente e nenhum totalmente contemplado, logo o índice de aprovação foi de 33,33%. Já em 2016 foram submetidos vinte e cinco projetos sendo contemplados parcialmente cinco e dois totalmente contemplados. O índice de aprovação ficou em 28%. Isso demonstra que apesar do aumento do número de submissões o índice de aprovações teve uma queda. Quanto às chamadas externas de outras instituições também se verifica um baixo número de submissões, conforme evidenciado na Tabela 4.

Tabela 2 - Submissão às chamadas externas de outras instituições em 2015 e 2016

Editais	Alternativas	Percentual
---------	--------------	------------



Edital 01/2015 - Fapergs / Institute For Ocean Research Enterprise - IORE.	Não submeti.	100,0%
Edital 04/2015 - INRIA.	Não submeti.	100,0%
Edital 05/2015 – PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR - PROCOREDES XII.	Não submeti.	98,3%
Cooperação Internacional - Fulbright. 2015	Não fui contemplado.	1,7%
Chamadas Fundo Newton.2015	Não submeti.	100,0%
Chamada CONFAP-UK Academies. 2015	Não submeti.	100,0%
Edital 03/2016 - Processo de Participação Popular - PROCOREDES XIII.	Não submeti.	96,6%
	Não fui contemplado.	1,7%
	Fui contemplado parcialmente.	1,7%
Edital 04/2016 - Programa de Nucleação de Grupos de Pesquisa - PRONUPEQ	Não submeti.	94,9%
	Não fui contemplado.	3,4%
	Fui contemplado parcialmente.	1,7%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os resultados demonstram que os professores da Unipampa têm realizado muito pouca submissão para editais de chamadas externas de outras instituições. No entanto, pode-se verificar uma pequena evolução de um ano para o outro. Em 2015 apenas um edital apresentou projeto submetido pelos professores. Já em 2016, apesar de haver menos opções de editais, cinco projetos de pesquisa foram submetidos nos dois editais disponíveis. Isso parece indicar um aumento do interesse dos professores por submissão de projetos para editais de chamadas externas. Na última etapa buscou-se analisar a gestão dos projetos de pesquisa do professor-pesquisador. Para tanto, buscou-se identificar a percepção dos docentes quanto às diversas atividades e fase de execução dos projetos desenvolvidos. Na Tabela 5 são apresentadas questões sobre a quantidade de projetos que os professores-pesquisadores estavam engajados.

Tabela 5 - Questões relacionadas aos projetos desenvolvidos pelos professores-pesquisadores

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Quantos projetos de pesquisa você está desenvolvendo atualmente:	1 projeto	14	23,7
	2 projetos	16	27,1
	3 projetos	10	16,9
	4 projetos	7	11,9
	5 projetos	2	3,4
Quantos projetos de pesquisa você está desenvolvendo atualmente	Mais de 5 projetos	8	13,6
	Nenhum	2	3,4
Dos projetos desenvolvidos, quantos necessitam de equipamentos nacionais:	1 projeto	14	23,7
	2 projetos	12	20,3
	3 projetos	5	8,5
	4 projetos	4	6,8
	5 projetos	1	1,7
	Mais de 5 projetos	7	11,9
	Nenhum	16	27,1
Dos projetos desenvolvidos, quantos necessitam de equipamentos importados:	1 projeto	18	30,5
	2 projetos	11	18,6
	3 projetos	3	5,1
	4 projetos	2	3,4

	5 projetos	1	1,7
	Mais de 5 projetos	4	6,8
	Nenhum	20	33,9
O prazo estipulado pelos órgãos de fomento à pesquisa é suficiente para a execução do projeto?	Sim, é sempre suficiente.	9	15,3
	Não, nunca é suficiente.	7	11,9
	Sim, na maioria das vezes é suficiente.	29	49,2
	Não, na maioria das vezes não é suficiente.	14	23,7
Com qual frequência são cumpridos os prazos para a execução dos projetos?	Sempre.	22	37,3
	Quase sempre.	26	44,1
	Raramente.	11	18,6
Com qual frequência é solicitada a prorrogação do prazo para execução do projeto?	Sempre.	3	5,1
	Quase sempre.	15	25,4
	Raramente.	30	50,8
	Nunca.	11	18,6

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Referente a quantidade de projetos executados, 27,1% executaram simultaneamente dois projetos, apenas 23,7% executaram um único projeto e 16,9% tiveram sob sua tutela a execução de três projetos simultâneos, ou seja, os professores-pesquisadores no geral não desenvolvem muitos projetos ao mesmo tempo. Questionados sobre o prazo estipulado pelos órgãos de fomento à pesquisa, 49,2% respondeu “*sim, na maioria das vezes é suficiente*” ao passo que 23,7% consideram o prazo insuficiente.

Quanto ao cumprimento do prazo dos projetos, a maioria respondeu que sempre (37,3%) ou quase sempre (44,1%) os prazos são cumpridos. Referente a solicitação da prorrogação do prazo para execução do projeto, pode-se verificar que os resultados indicam que para 50,8% raramente solicitam prorrogação, e 18,6% nunca solicita. Portanto, de maneira geral, os professores-pesquisadores conseguem cumprir o prazo para a realização dos projetos. Por outro lado, 25,4% dos respondentes afirmaram que quase sempre solicitam prorrogação do prazo de execução dos projetos. Para estes casos, buscou-se identificar os motivos que levam ao pedido de prorrogação dos prazos para execução dos projetos (Tabela 6).

Tabela 6 - Motivos que levam à prorrogação dos prazos de execução de projetos, levando em conta a importância de cada um

Alternativas	1º Motivo	2º Motivo	3º Motivo	4º Motivo	5º Motivo	6º Motivo
Dificuldades de obter as cotações de preço	25,40%	13,60%	22%	15,30%	11,90%	11,90%
Desconhecimento dos procedimentos operacionais para a realização das importações	10,20%	16,90%	15,30%	23,70%	20,30%	13,60%
Problemas no processo de importação	11,90%	18,60%	23,70%	10,20%	18,60%	16,90%

Problemas intrínsecos à execução do projeto	42,40%	10,20%	11,90%	20,30%	13,60%	1,70%
O prazo estipulado para a execução é curto	8,50%	16,90%	13,60%	27,10%	25,40%	8,50%
Vários projetos desenvolvidos simultaneamente	1,70%	23,70%	13,60%	3,40%	10,20%	47,50%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os problemas intrínsecos à execução do projeto destacam-se como o principal motivo para solicitação de prorrogação dos projetos de pesquisa sendo indicado pelos participantes como 1º motivo (42,4%). No que se refere ao pesquisador ter vários projetos desenvolvidos simultaneamente parece não apresentar grande influência como motivo para solicitação de prorrogação dos projetos, pois os participantes consideraram apenas como 6º Motivo (47,5%).

Ao começar a executar um projeto, o professor-pesquisador depara-se com algumas dificuldades, entre estas está a obtenção das cotações de preço. Já o desconhecimento dos procedimentos operacionais para a realização das importações ou os problemas de processos de importação não obtiveram grande representatividade segundo os resultados ficando em 4º Motivo (23,7%), e 3º Motivo (23,7%), respectivamente. Tais resultados sugerem que o NEAP tem conseguido dar o apoio necessário ao professor-pesquisador na importação dos equipamentos. Sobre o processo de importação esta pesquisa buscou-se também identificar se os docentes já se esqueceram de incluir em um projeto as despesas de importação. Essas informações são apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 - Esquecimento dos professores-pesquisadores com as despesas de importação

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
O(A) Sr.(a) já esqueceu de incluir no projeto as despesas de importação?	Sim.	9	15,3
	Não.	50	84,7

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os resultados demonstram que 84,7% dos pesquisadores não esquecem de incluir as despesas de importação nos projetos, o que contribui para garantir uma melhor execução no momento efetivo da aquisição de equipamentos. Outro problema verificado na execução de projetos de pesquisa é a solicitação de transferência de rubrica (Tabela 8).

Tabela 8 - Solicitação de transferência de rubrica em projetos

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Com qual frequência é solicitada a transferência de rubrica para a continuação da execução do projeto?	Sempre.	2	3,4
	Quase sempre.	10	16,9
	Raramente.	25	42,4

Nunca.

22

37,3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

A solicitação de transferência de rubrica para a continuação da execução do projeto raramente ocorre em 42,4% dos casos, e nunca ocorre em 37,3% dos projetos. Isso demonstra um baixo índice de solicitação de alteração de rubricas nos projetos de pesquisa da instituição. As razões que levam ao pedido de transferência de rubrica na execução do projeto, são identificadas na Tabela 9, através de uma escala de grau de prioridade.

Tabela 9 - Motivos que levam ao pedido de transferência de rubrica para a continuação da execução do projeto, por grau de prioridade

Alternativas	1º Motivo.	2º Motivo.	3º Motivo.	4º Motivo.
Desconhecimento dos custos	15,30%	16,90%	30,50%	37,30%
Cálculo incorreto dos custos	6,80%	39%	42,40%	11,90%
Utilização dos recursos para custeio de outros projetos	11,90%	28,80%	22%	37,30%
Surgimento de custos inesperados	66,10%	15,30%	5,10%	13,60%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os professores-pesquisadores destacaram como principal motivo para solicitação de pedido de transferência de rubrica é o surgimento de custos inesperados (66,1%). Já em segundo e terceiro lugar os cálculos incorretos dos custos com 39% e 42,4% respectivamente. Por fim, em quarto lugar, em nível de importância sobre a influência como motivo para troca de rubrica, estão o desconhecimento dos custos e a utilização de recursos de custeio para outros projetos ambos com 37,3%. Os resultados parecem indicar uma possível falha no processo de planejamento no quesito custos e também falta de conhecimento dos pesquisadores no que se refere aos custos atualizados dos componentes do projeto. Outro ponto importante na gestão dos projetos são as restrições impostas pelas instituições financiadoras, que em muitos casos, acabam sendo um obstáculo para a submissão dos pesquisadores. Na Tabela 10 são apresentados os resultados das dificuldades encontradas pelos pesquisadores neste quesito.

Tabela 10 - Restrições impostas pelos órgãos de financiamento, por grau de prioridade

Alternativas	1º Restrição	2º Restrição	3º Restrição	4º Restrição	5º Restrição	6º Restrição
Demora na análise dos projetos	28,80%	18,60%	13,60%	8,50%	18,60%	11,90%
Critérios de avaliação sem clareza	18,60%	23,70%	15,30%	15,30%	13,60%	13,60%
Burocracia excessiva	27,10%	25,40%	25,40%	13,60%	5,10%	3,40%

Pouco prazo para execução do projeto	5,10%	3,40%	16,90%	28,80%	13,60%	32,20%
Rigidez na forma de utilização dos recursos	15,30%	16,90%	16,90%	20,30%	20,30%	10,20%
Método de prestação de contas dificultoso	5,10%	11,90%	11,90%	13,60%	28,80%	28,80%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

A demora na análise dos projetos foi destacada como a principal restrição imposta pelos órgãos de financiamento ficando com 28,8% em 1º restrição. As evidências indicam que o método de prestação de contas dificultoso foi considerado com a última restrição. Cabe destacar que a burocracia excessiva ficou em segundo lugar como 1º restrição e em primeiro lugar como 2º restrição. Isso demonstra, que em grau de prioridade, os pesquisadores consideram que a burocracia é um fator de considerável relevância sobre a influência imposta pelos órgãos de fomento. Identificadas as principais prioridades quanto as questões de restrições impostas pelas instituições financiadoras, também é importante realizar-se uma análise quanto ao entendimento dos pesquisadores sobre as especificidades dos editais (Tabela 11).

Tabela 11 - Questões relativas ao entendimento dos editais

	Muito difícil	Difícil	Mais ou menos	Fácil	Muito fácil
Encontrar editais que contemplem a minha área de pesquisa.	15,30%	27,10%	37,30%	11,90%	8,50%
Entendimento das regras dos editais	1,70%	6,80%	33,90%	45,80%	11,90%
Elaboração da proposta no prazo estabelecido pelo edital	5,10%	27,10%	27,10%	37,30%	3,40%
Construção da proposta, atendendo a todas as especificações do edital	3,40%	28,80%	42,40%	23,70%	1,70%
Identificar itens/métodos/atividades que poderiam ser contemplados no edital	1,70%	15,30%	49,20%	30,50%	3,40%
Classificar itens/produtos/atividades em custeio ou capital	3,40%	18,60%	18,60%	47,50%	11,90%
Montar o grupo de pesquisa que fará parte do projeto	8,50%	22%	23,70%	30,50%	15,30%
Preencher a proposta no sistema/site da agência de fomento	3,40%	11,90%	28,80%	47,50%	8,50%
Entender as regras de aquisição de equipamentos nacionais	3,40%	15,30%	37,30%	35,60%	8,50%
Obter cotações para equipamentos nacionais	13,60%	22%	37,30%	22%	5,10%
Obter cotações para equipamentos importados	15,30%	28,80%	37,30%	18,60%	-
Pagamento das faturas de equipamentos nacionais	32,20%	27,10%	25,40%	13,60%	1,70%
Pagamento das faturas de equipamentos importados	6,80%	22%	35,60%	28,80%	6,80%
Preencher o controle financeiro no sistema da agência de financiamento	18,60%	23,70%	35,60%	20,30%	1,70%
Acessar o saldo nas agências bancárias	8,50%	16,90%	49,20%	25,40%	-
Obter os extratos para o encerramento do projeto	8,50%	16,90%	28,80%	33,90%	11,90%

Inserir documentação comprobatória dos gastos no sistema da agência de fomento	6,80%	8,50%	49,20%	30,50%	5,10%
Manter o controle financeiro do sistema da agência de fomento atualizado	5,10%	15,30%	45,80%	32,20%	1,70%
Ajustar o projeto aos cortes orçamentários	37,30%	39%	15,30%	8,50%	-
Executar o gasto do recurso conforme previsto no orçamento	11,90%	30,50%	39%	18,60%	-
Receber atendimento adequado por e-mail/por telefone da agência de fomento para esclarecimento de dúvidas	10,20%	27,10%	45,80%	15,30%	1,70%
Encerrar a conta na agência bancária	6,80%	10,20%	42,40%	30,50%	10,20%
Manter o cronograma de execução em dia	10,20%	25,40%	50,80%	11,90%	1,70%
Cumprir o prazo de execução do projeto	6,80%	22%	47,50%	22%	1,70%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os docentes ao serem perguntados quanto a encontrar editais que contemplem a sua área de pesquisa, responderam a alternativa “mais ou menos”, com 37,3%. Por outro lado 42,4%, responderam “ muito difícil e difícil” o que parece demonstrar que os editais nem sempre contemplam todos as áreas de interesse dos pesquisadores. Em relação à variável entendimento das regras dos editais, os participantes responderam “fácil” em 45,8% e 11,9% “muito fácil”. Isso demonstra que a maioria dos pesquisadores tem facilidade quanto ao entendimento das regras, mas dificuldade para encontram editais compatíveis com seus interesses de pesquisa. No que se refere à elaboração da proposta no prazo estabelecido pelo edital, a alternativa “fácil, ficou com 37,3% e 27,10% destacaram “mais ou menos”, sugerindo assim não haver grandes problemas quanto ao prazo estabelecido nos editais para a elaboração da proposta. Sobre o atendimento dos requisitos da proposta, os professores-pesquisadores responderam “mais ou menos” em 42,4% e 23,7% como “fácil. Já quanto a identificar itens/métodos/atividades que poderiam ser contemplados no edital, os respondentes novamente optaram por “mais ou menos” com 49,2%. Para classificar itens/produtos/atividades em custeio ou capital os mesmos indicaram “fácil “com 47,5% e 11,9% como “muito fácil”. Em conjunto tais resultados sugerem que o professor-pesquisadores têm dificuldade para encontrar um edital compatível com seus interesses de pesquisa, mas uma vez encontrado, conseguem atender às regras do edital para a estruturação da proposta no prazo definido.

Ao serem indagados quanto à montagem do grupo de pesquisa que fará parte do projeto, os professores-pesquisadores responderam “fácil”, com 30,5%, e 15,3% “muito fácil”, ou seja, mais de 45% tem facilidade quanto a montar grupo de pesquisa para os projetos. Em relação ao preenchimento da proposta de pesquisa no sistema ou site de agência de fomento as respostas indicam que a maioria não tem dificuldades quanto a essa questão. Os

pesquisadores, no que tange a entender as regras de aquisição de equipamentos nacionais, destacaram a opção “mais ou menos”, com 37,3%, e “fácil” como 35,6%. Dessa forma, identifica-se que os professores-pesquisadores conseguem lidar facilmente com as questões operacionais de aquisição.

Uma vez que sejam contemplados nos editais, os professores-pesquisadores passam a lidar com diversos aspectos da gestão financeira do projeto. Quanto à obtenção de cotações para equipamentos nacionais, a alternativa mais representativa foi “mais ou menos”, com 37,3%, para obter cotações para equipamentos importados o percentual também foi o mesmo, 37,3%, ou seja, grande parte não tem muita dificuldade nesse quesito. Referente ao pagamento das faturas de equipamentos nacionais, as variáveis mais significativas foram “muito difícil” com 32,2% e “difícil” com 27,1%, indicando que a maioria dos docentes apresentam dificuldades nessa questão. Entretanto, ao serem questionados quanto ao pagamento das faturas de equipamentos importados, os resultados apresentaram-se diferentes sendo “mais ou menos” 35,6%, seguido de “fácil” 28,8%, ou seja, existe uma maior facilidade para os pesquisadores quando do pagamento de equipamentos importados.

Quanto ao preenchimento do controle financeiro no sistema da agência de financiamento, a alternativa que mais representativa foi “mais ou menos” com 35,6% das respostas seguida por “difícil” com 23,7%, logo, parece indicar que os pesquisadores apresentam uma certa dificuldade quanto ao item. Sobre acessar o saldo nas agências bancárias, referindo-se aos projetos de pesquisa, os docentes não apresentaram dificuldades. Referente a obtenção de extratos para o encerramento do projeto, 33,9% entendem que é fácil, ou seja, questões ligadas a parte financeira dos projetos que envolvem agências bancárias não tem apresentado dificuldades para os docentes. Ao serem questionados sobre o encerramento de conta na agência bancária, a alternativa “mais ou menos” teve a maior representatividade com 42,4%, seguido de “fácil” com 30,5% o que indica certa facilidade quando da necessidade de fechamento da conta bancária.

Para inserir documentação comprobatória dos gastos nos sistemas da agência de fomento, a alternativa mais ou menos representou 49,2%, seguida pela “fácil” com 30,5%, ou seja, os resultados parecem indicar que nessa questão os pesquisadores em sua maioria não apresentam dificuldades. Manter o controle financeiro do sistema da agência de fomento atualizado segue na mesma tendência ficando com 45,8% “ mais ou menos” seguido por “fácil” com 32,5% o que evidencia uma certa facilidade quanto ao atendimento desses itens.

Por vezes as agências de fomento acabam disponibilizando valores inferiores aos solicitados nos projetos de pesquisa submetidos, ao serem questionados sobre a necessidade

de ajustar o projeto aos cortes orçamentários, a alternativa “difícil” representou 39%, seguido por “muito difícil” com 37,3%, ou seja, mais de 76% dos pesquisadores tem dificuldades com esse processo. A execução de gastos conforme previsto também apresenta algumas dificuldades relatadas pelos pesquisadores. Nesse item 39% marcaram a alternativa “mais ou menos” seguida pela “difícil” com 30,5%, logo quase 70% dos docentes pesquisadores apresentem alguma dificuldade na a realização dos gastos conforme planejado

Durante o processo de submissão ou mesmo no processo de execução é suscetível que hajam dúvidas, para tanto, os pesquisadores necessitam de um canal adequado de comunicação com os agentes financiadores. Para avaliar essa questão os docentes foram questionados sobre o atendimento adequado, por e-mail ou telefone das agências de fomento, para esclarecimento de dúvidas. A alternativa que apresentou maior frequência foi “mais ou menos” com 45,8%, seguido de “difícil” com 27,10%. Os dados indicam que os pesquisadores apresentam algumas dificuldades quanto ao atendimento para esclarecimentos e dúvidas junto as agências de fomento. Manter o cronograma de execução em dia não apresentou grandes dificuldades para a maioria dos participantes. Por fim, questionou-se os participantes quanto aos projetos finalizados (Tabela 12).

Tabela 12 - Questão relativa aos projetos já finalizados

Variáveis	Alternativas	Frequên cia	Percentual (%)
Com relação aos projetos já finalizados (pode marcar mais de uma alternativa):	Todos tive aprovação integral da prestação de contas.	12	20,3
	Já atendi a solicitações de documentos/recibos extras para que a prestação de contas fosse aprovada.	14	23,7
	Já devolvi recursos ao agente financiador por não aceitação de documentos/recibos comprobatórios.	5	8,5
	Já devolvi recursos por divergências na classificação entre gastos de custeio e gastos de capital.	1	1,7
	Já devolvi recursos por não conseguir gastar no prazo de execução do projeto.	9	15,3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Em relação aos projetos já finalizados pode-se verificar que 23,7% já atenderam a solicitações de documentos/recibos extras para que a prestação de contas fosse aprovada, e 20,3% tiveram a aprovação integral do seu projeto, sendo que 15,3% foram obrigados a devolver recursos não gastos no prazo estipulado para o projeto.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo identificar, na percepção dos professores-pesquisadores, os aspectos principais das políticas destinadas à pesquisa científica, realizada na Unipampa. Os resultados sobre os editais internos da instituição têm demonstrado um baixo número de submissão de projetos por parte dos pesquisadores participantes. Dentre os mesmos destaca-se o Edital PIBITI/FUNTEL que apresentou o maior número de não submissão ficando em 94,9%. Tal situação requer que a instituição faça um levantamento das causas do baixo número de submissões de propostas visando promover ajustes nas regras dos editais ou até mesmo o deslocamento dos recursos para outros editais com maior concorrência.

Quanto aos editais de chamadas externas as evidências não são diferentes e tem demonstrado também um baixo nível de submissão de projetos. Isso pode ser bem evidenciado no ano de 2015 com a submissão de apenas 15 projetos o que representa somente pouco mais de 25% dos pesquisadores participantes da amostra. Já em 2016 percebe-se um aumento considerável passando para 25 projetos submetidos o que equivale a 42%. No entanto, apesar do pequeno aumento do número de submissões o índice de aprovações teve uma leve queda. Tais resultados ao mesmo tempo em que são positivos, pois indicam que os docentes da instituição estão submetendo mais projetos, sinalizam a necessidade de que sejam inseridas ações com objetivo de qualificação das propostas, já que com a restrição do número de editais e redução dos recursos disponíveis a tendência é que a concorrência seja cada vez maior.

Partindo do princípio de que os agentes executores da pesquisa dentro do tripé de ensino, pesquisa e extensão que norteia a instituição, também são os docentes, fica evidente a necessidade da Unipampa promover ações de incentivo e ampliação da divulgação dos editais de pesquisa visando aumentar a participação dos docentes. Num total de aproximadamente 849 docentes, apenas 458 possuíam registro de no mínimo um projeto de pesquisa cadastrado no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão SIPPEE da universidade. Portanto, ou os docentes estão realizando pesquisas sem o devido registro no sistema oficial ou a instituição ainda conta com uma grande parcela de docentes que não estão interessados na realização de pesquisas científicas.

Dentre os professores-pesquisadores, os resultados indicaram que há dificuldades para identificação de editais que sejam compatíveis com seus interesses de pesquisa. Entretanto, uma vez que tais editais estejam disponíveis, não parece haver grandes dificuldades para montagem e submissão da proposta nos prazos estabelecidos pelas agências de fomento. Já na execução do projeto foram identificadas diversas dificuldades, especialmente as que se

referem aos aspectos financeiros. Neste caso, observa-se que os docentes apresentaram maiores dificuldades nos seguintes itens: necessidades de ajustes do projeto aos cortes orçamentários, execução dos recursos conforme previsto no orçamento, e cotação de preços de produtos importados e questões relacionadas a pedidos de transferência de rubrica. Quanto ao relacionamento com a agência de fomento a burocracia foi um dos problemas mais citados.

Cabe destacar que a Unipampa já tomou a iniciativa de criar o NEAP, portanto entende-se que para um apoio mais efetivo ao professor-pesquisador na solução dos problemas inerentes à execução do projeto o caminho é ampliação das atividades do núcleo. É necessário atender e assessorar os professores-pesquisadores em todo o processo de busca, implantação, execução, prestação de contas e relatórios dos projetos.

Num sistema nacional de pesquisa em que o servidor faz um concurso público para docente, mas ao ingressar na universidade torna-se um dos principais responsáveis também pelos eixos de pesquisa e extensão, é indispensável que as instituições federais de ensino superior criem mecanismos de gestão que deem suporte a realização das diversas atividades e estimulem o professor a construir uma carreira também de pesquisador e/ou extensionista. Afinal, grande parte do desenvolvimento científico e tecnológico do país, dependerá da eficiência do processo de construção e disseminação do conhecimento gerado pelas instituições.

Referências

Academia Brasileira de Ciências. (2009). **História**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/article.php3?id_article=4>. Acesso em: 25 jan. 2017

Backes, L. H. Professor pesquisador. (2012). Disponível em: <http://euler.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/pesquisa/texto_Backes.pdf> Acesso em: 08 abr. 2017.

Costa, M. A. F.; Costa, M. F. B. (2011). **Projeto de pesquisa: entenda e faça. Petrópolis: Vozes.**

Fujino, A.; Stal, E.; Plonski, G. A. (1999). A proteção do conhecimento na universidade. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 34, n. 4, p. 46-55.

Grupo Prática Clínica. **Sistema de fomento à Pesquisa no Brasil**. Grupo Prática Clínica – Ciência e Empreendedorismo, (2016). Disponível em: <<http://praticaclinica.com.br/paginas/fomento>> Acesso em: 08 de março de 2017.

Pró-reitoria de pesquisa (PROPESQ). **Laboratórios**. (2016). Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/propesq/laboratorios/>> Acesso em: 24 abr. 2016.



Santos, F. S. Financiamento público das instituições federais de ensino superior - IFES um estudo da Universidade de Brasília – **UnB** (2013). **Repositório Institucional**, Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14141>> Acesso em: 20 abr. 2017.

Schwartzman, S. (2008). A Pesquisa Científica e o Interesse Público. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 361-395.

Schwartzman, S. (2001). Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia. Tradução de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm> >. Acessado em 20 abril de 2017.

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Universidade**. (2015). Disponível em: <<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/universidade>> Acesso em: 01 abr. 2017.

Vergara, M. R. (2004). Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 22 - 31.